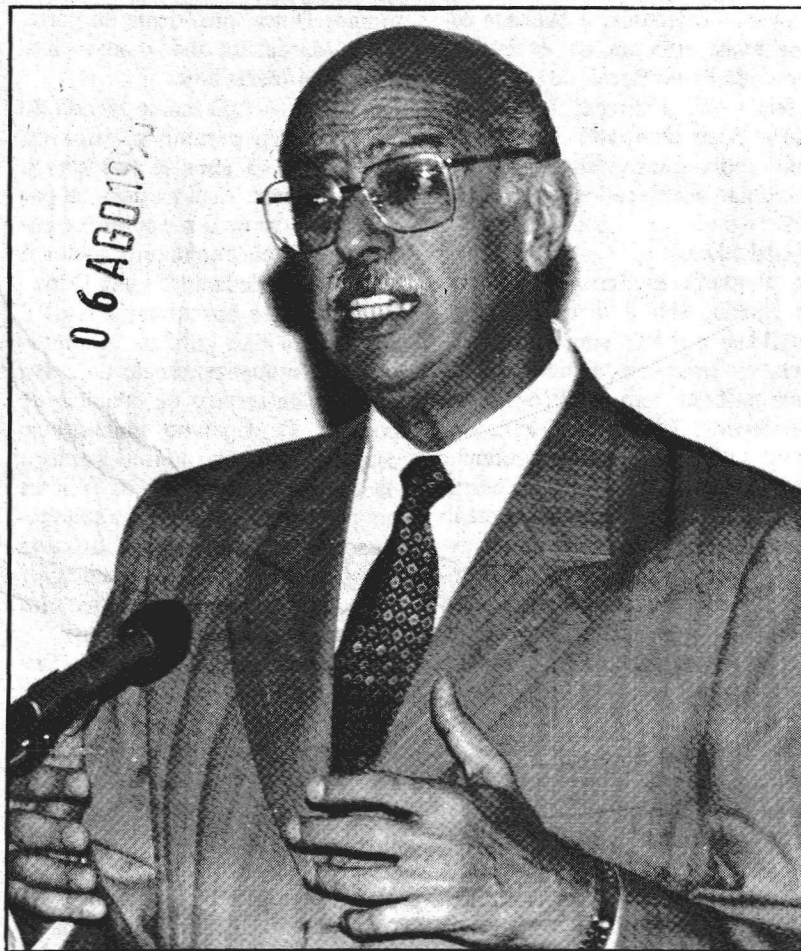


Superposição de atribuições leva Saúde ao desperdício de recursos

Enquanto o ministro Adib Jatene percorre o País defendendo a criação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), o Ministério da Saúde se destaca como um exemplo de má administração e desperdício do dinheiro público. O ministro quer triplicar, em 1996, o orçamento da Fundação Nacional de Saúde — passando de R\$ 1,042 bilhão para R\$ 3,9 bilhões —, sabendo que a fundação vem atuando na mesma área do Sístam Unificado de Saúde (SUS), que tem um orçamento proposto de R\$ 9,8 bilhões.

Jatene quer também aumentar o orçamento do Ministério, de R\$ 13,9 bilhões para R\$ 22,6 bilhões, mas ignora que a sua estrutura é um “saco sem fundo”. Teoricamente, o SUS deveria unificar e descentralizar as ações de saúde, com a União repassando os recursos para os estados e os municípios. A Fundação Nacional de Saúde — cinco mil funcionários espalhados pelo País —, porém atua numa sobreposição de funções com o SUS que torna impossível saber onde começa um e termina o outro.

Epidemia — A desorganização chega ao ponto de dois órgãos do Ministério disputarem o mesmo espaço na compra de medicamentos. Por exemplo, a Central de Medicamentos (Ceme) comprou, no dia 15 de julho, sem licitação, dois milhões de ampolas do remédio Blucantine, usado no combate à leishmaniose (doença que provoca o inchaço do baço e do fígado). Duas semanas antes da compra da Ceme, a Fundação Nacional de



Jatene luta para aumentar orçamento da Saúde

Saúde abraja licitação para compra de 3,5 milhões de ampolas do mesmo remédio. Ou o País está sofrendo uma grave epidemia de leishmaniose — e ninguém sabe — ou alguma coisa estranha está acontecendo.

A Ceme pagou R\$ 3,89 por cada ampola de Blucantine, gastando R\$ 7,7 milhões, segundo documen-

tos. Fonte do setor garantem que, se tivesse aberto uma concorrência internacional, poderia ter adquirido um produto semelhantes, o Pentostan, a um custo 50 % menor. A Ceme queria comprar quatro milhões de ampolas, mas o Ministério achou um exagero e reduziu a compra pela metade. O mais grave é que ninguém consegue explicar

quem estabelece o volume de remédios a ser comprado ou mesmo as razões para a compra. Na Comissão de Licitação da Ceme não existe nenhum médico ou farmacêutico.

Folclore — As compras da Ceme já viraram folclore no Ministério da Saúde. No ano passado, a Ceme precisava adquirir 400 mil frascos de soro hospitalar (soro fisiológico e glicose). Acabou comprando 30 milhões de frascos, não se sabe por quê. Os Estados e municípios tiveram de pedir ao fabricante para segurar o produto, porque não tinham espaço para armazenar tamanha quantidade de soro. Ninguém explica também por que a Ceme precisa comprar soro se o SUS repassa dinheiro para os estados e municípios comprarem os medicamentos básicos para o atendimento da população. Outro problema grave é que 35%, segundo estatísticas oficiais, dos remédios comprados pela Ceme são perdidos na rede pública de saúde.

Há dois meses, o Ministério do Planejamento começou a discutir a estrutura do Ministério da Saúde e as suas necessidades de financiamento. Os técnicos ficaram assustados com o que viram. “Aquilo é um caos e do jeito que está não adianta colocar dinheiro, sabendo que lá não existe um mínimo de organização”, constatou um assessor da Seplan. Segundo este assessor, isto explica por que os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, resisitiram à criação de uma contribuição para a Saúde. (AE)